

PARECER DE PLENÁRIO PELAS COMISSÕES DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 22, DE 2025

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 22, DE 2025

Dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Autor: SENADOR FEDERAL - RANDOLFE RODRIGUES

Relator: Deputado DANILO FORTE

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, de autoria do ilustre SENADOR FEDERAL - RANDOLFE RODRIGUES, pretende estender o prazo para a liquidação dos restos a pagar que especifica, bem como a reativação daqueles que foram cancelados ao final do exercício de 2024.

Na justificação, o parlamentar embasa a proposição na necessidade de regularizar as obrigações financeiras pendentes da União, especificamente os restos a pagar não processados inscritos a partir de 2019, conforme disposto no artigo 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023. A medida visa estender o prazo para liquidação desses compromissos até o final do exercício de 2026, incluindo aqueles que foram cancelados em 31 de dezembro de 2024.

Segundo o autor, nos casos especificados não teria havido tempo hábil para se concluir todos os trâmites administrativos e burocráticos inerentes às ações orçamentárias que foram empenhadas, mas não liquidadas,



* CD251971746100 *

trazendo como exemplo de fenômenos impeditivos a pandemia da Covid-19, e seus consequentes impactos na receita e na alocação da despesa orçamentária.

Argumenta o Senador que o simples cancelamento dos restos a pagar ao fim de 2024 resultaria na não realização de ações e cumprimento de obrigações legítimas e necessárias.

O projeto foi distribuído à Comissão de Finanças e Tributação, para apreciação do mérito e da adequação financeira e orçamentária (mérito e art. 54 RICD); e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para aferição da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa (art. 54 RICD).

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação em Plenário.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

II.1. Mérito

Considero meritório e oportuno o projeto ora examinado, tendo em vista que visa propiciar mais eficiência na utilização dos recursos públicos, ao permitir a execução de dotações orçamentárias que foram inscritas em restos a pagar e tiveram seu cancelamento determinado ao final de 2024, por força do art. 172 da Lei nº 14.791/2023.

De fato, se já houve empenho destas despesas, é porque já se iniciou o respectivo procedimento administrativo para a sua realização. É bem verdade que no curso normal das atividades da administração pública, tais despesas seriam executadas no exercício da sua previsão, ou ainda no exercício seguinte, como restos a pagar, nos termos do que dispõe o art. 68, § 2º, do Decreto nº 93.872/1986.

No entanto, também é inegável que existem exceções, situações em que por razões como a pandemia da Covid-19, emergências



climáticas como a do Rio Grande do Sul, entre outros casos excepcionais e momentos de transição, algumas destas dotações, após seu empenho, demandam mais tempo para que se concluam as contratações, convênios etc. que irão levar a cabo a devida execução da despesa.

Portanto, imprescindível respeitar a alocação de recursos consignada em cada Lei Orçamentária Anual, aprovada democraticamente pelo Congresso Nacional, de forma a tornar efetiva aquela programação, não somente no mundo orçamentário, mas no mundo da política pública, ou seja, não basta que exista orçamento, que não é fim em si mesmo, mas que o orçamento seja instrumento efetivo de prestação de políticas públicas.

Nesse sentido, simplesmente cancelar, irrestritamente, os restos a pagar não nos parece ser a melhor medida de prestação de serviço da Administração Pública. Pelo contrário, manter os restos a pagar ativos, com possibilidade de serem executados, salvo os impedimentos de ordem legal, é medida de efetivação da função pública.

Cabe ressaltar que dos restos a pagar potencialmente impactados pela presente proposta, aproximadamente 40% correspondem a projetos cuja execução já foi iniciada – ou seja, já tiveram pagamentos efetuados. O cancelamento desses compromissos, neste estágio, acarretaria um significativo prejuízo às políticas públicas afetadas, comprometendo a continuidade dos programas e a eficácia das ações que já estão em andamento.

Ademais, verifica-se que a maior parte dos recursos se concentra em duas áreas de destaque. Aproximadamente 30% são destinados à área de educação, com ênfase em investimentos na educação básica, enquanto outro montante relevante, em torno de 40%, corresponde a despesas relacionadas ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, órgão criado em 2023 após o desmembramento do então Ministério do Desenvolvimento Regional. Essa transição administrativa afetou a execução de projetos em curso, projetos esse cuja continuidade é essencial para promover a coesão e o desenvolvimento regional. Nesse sentido, a manutenção dos compromissos assumidos mostra-se fundamental para assegurar a permanência e o impacto positivo das políticas públicas vigentes.



* C D 2 5 1 9 7 1 7 4 6 1 0 0 *

Merece ainda destaque o fato de que a manutenção dos restos a pagar não significa necessariamente a realização de pagamentos àqueles que constam como possíveis beneficiários nas notas de empenho. O pagamento destes restos a pagar só poderá ser feito após a sua regular liquidação, ou seja, após a verificação do direito do credor, consignado nos títulos e documentos comprobatórios do serviço prestado ou do bem entregue, nos termos dos arts. 62 e 63 da Lei nº 4320/1964. Assim sendo, não se trata de aprovar diretamente pagamentos, mas sim de permitir que eles ocorram se e somente se os serviços e bens forem devidamente entregues e atestados na fase de liquidação.

Ressalte-se ainda que o presente Projeto não promove qualquer alteração nas regras fiscais atualmente vigentes. Sua execução deverá, de forma irrestrita, obedecer integralmente ao arcabouço fiscal e à meta fiscal estabelecidos, garantindo a manutenção da disciplina orçamentária e o equilíbrio das contas públicas. Assim, é imprescindível que, durante a implementação da medida, sejam rigorosamente seguidos os preceitos normativos e legais que regem a gestão dos recursos públicos, preservando a transparência e a responsabilidade fiscal que orientam a política econômica do país.

Além disso, permanece o imperativo de que a execução dos restos a pagar relacionados às emendas parlamentares observe rigorosamente as determinações contidas na Lei Complementar 210/2024, bem como as decisões emanadas pelo Supremo Tribunal Federal. Essa diretriz assegura que tais pagamentos sejam realizados de maneira transparente e rastreável, reforçando o compromisso com a integridade na gestão dos recursos públicos e com os preceitos de responsabilidade fiscal.

Visando aprimorar o texto apresentado, e após ouvir as lideranças de diversos partidos e parlamentares que nos procuraram, propomos as seguintes alterações ao texto aprovado no Senado Federal, que passam a integrar o substitutivo ora apresentado:

I. Artigo 1º caput: Ajuste de redação - o art.172 da Lei nº 14.791/2023 a que se referem o artigo já delimita o universo dos restos a pagar



* C D 2 5 1 9 7 1 7 4 6 1 0 0 *

que podem ser atingidos aos vigentes em novembro de 2023, relativo aos exercícios 2019 a 2022.

a. Texto Original: Revalida os restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2019 a 2024.

b. Texto Alterado: Revalida os restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2019 a 2022.

I. Artigo 1º, §3º: Ajuste de redação - a redação original não esclarece qual órgão é responsável por atestar possíveis irregularidades, o que gera insegurança na execução de obras e serviços e pode contribuir para o aumento de obras inacabadas.

a. Texto Original: Não poderão ser pagos valores relativos aos restos a pagar revalidados para obras e serviços que estejam sob investigação ou apresentem indícios de irregularidade.

b. Texto Alterado: Não poderão ser pagos valores relativos aos restos a pagar revalidados de que trata o *caput* para obras e serviços que estejam sob investigação ou apresentem indícios de irregularidade conforme apontado pelo Tribunal de Contas da União.

II.2. Adequação orçamentário-financeira

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “*a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições*



legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

Da análise do substitutivo, observa-se que este contempla matéria que viabiliza a execução financeira de despesas que já foram executadas em exercícios anteriores (regularmente empenhadas), não impactando em créditos orçamentários do exercício atual ou futuro, apenas aumentando a concorrência pelos saldos financeiros disponíveis no caixa da União.

Além disso, levantamento da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, o impacto financeiro seria de no máximo de R\$ 4.360.538.143,28 (quatro bilhões, trezentos e sessenta milhões, quinhentos e trinta e oito mil, cento e quarenta e três reais) se forem considerados todos os restos a pagar não processados cancelados nos dias 01 e 02 de janeiro de 2025 por encerramento de seu prazo para liquidação (nas modalidades de aplicação 30, 31, 32, 40, 41 e 42). Destaca-se que em torno de 30% desse valor refere-se a despesas da área de educação, em grande parte destinados a investimentos em educação básica.

Ocorre que tal valor representa limite máximo teórico, sendo na prática, um valor significativamente menor, já que, conforme consta do art. 1º, § 1º do projeto, a prorrogação de prazo para liquidação dos restos a pagar revalidados somente se aplicam às despesas: I – cujo procedimento licitatório tenha sido iniciado; ou II – relativas a convênios ou instrumentos congêneres em fase de resolução de cláusula suspensiva.

Em face do exposto, somos pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do PLP nº 22/2025, na forma do substitutivo apresentado.

II.3. Pressupostos de constitucionalidade

Observamos que inexiste qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025.



* C D 2 5 1 9 7 1 7 4 6 1 0 0 *

A proposição principal atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar, por se tratar de normas gerais sobre o Direito Financeiro (Constituição Federal, art. 24, inciso I e § 1º).

Com relação à juridicidade, o Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, está adequado. O meio escolhido é apropriado para atingir o objetivo pretendido. O respectivo conteúdo possui generalidade e se mostra harmônico com os princípios gerais do Direito.

No tocante à técnica legislativa, a proposição se amolda aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.

II.4 - Conclusão do voto

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025 na forma do substitutivo desta Comissão; no mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025 na forma do substitutivo desta Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, na forma do substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2025.

Deputado DANILO FORTE
Relator



Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025

Dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2019 a 2022, de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024), vigentes em dezembro de 2024 e cancelados serão revalidados e poderão ser liquidados até o final do exercício de 2026.

§ 1º A prorrogação de prazo para liquidação de que trata o caput aplica-se exclusivamente a restos a pagar não processados relativos às despesas:

I – cujo procedimento licitatório tenha sido iniciado; ou

II – relativas a convênios ou instrumentos congêneres em fase de resolução de cláusula suspensiva.

§ 2º Para a garantia da transparência e da rastreabilidade, os restos a pagar não processados revalidados nos termos do caput deverão observar o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e na Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024.

§ 3º Não poderão ser pagos valores relativos aos restos a pagar revalidados de que trata o *caput* para obras e serviços que estejam sob investigação ou apresentem indícios de irregularidade conforme apontado pelo Tribunal de Contas da União, salvo se houver conclusão favorável das apurações, autorizando sua continuidade, ou se eventuais irregularidades forem sanadas, no prazo desta Lei e nos termos da legislação vigente.



Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em XX de março de 2025.

Deputado DANILO FORTE

Relator

Apresentação: 11/03/2025 16:17:19.590 - PLEN
PRLP 1 => PLP 22/2025
PRLP n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251971746100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Danilo Forte



* C D 2 5 1 9 7 1 7 4 6 1 0 0 *

ANEXO – QUADRO RESUMO DOS RESTOS A PAGAR PASSÍVEIS DE REVALIDAÇÃO

Unidade Orçamentária / Ação	Soma de Movim. Líquido - R\$
COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO	R\$ 4.690.481,55
ADEQUACAO DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO NA AREA DE AT	R\$ 111.771,38
APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGR	R\$ 3.456.981,87
IMPLANTACAO, AMPLIACAO, MELHORIA OU ADEQUACAO DE SISTEMAS DE	R\$ 1.121.728,30
DEPTO.NAC.DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	R\$ 37.544.975,20
ADEQUACAO DE LINHA FERREA EM JUIZ DE FORA - EF-040/MG	R\$ 5.744.077,20
ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTRONCAMENTO PE-160 - ENTR	R\$ 9.161.560,00
CONSERVACAO E RECUPERACAO DE ATIVOS DE INFRAESTRUTURA DA UNI	R\$ 21.990.000,00
CONSTRUCAO DE CONTORNO RODOVIARIO EM MARINGA - NA BR-376/PR	R\$ 219.052,00
CONSTRUCAO DE VIADUTO RODOVIARIO EM MACEIO (VIADUTO PRF) - N	R\$ 430.286,00
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	R\$ 503.286,00
APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	R\$ 503.286,00
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	R\$ 447.673,69
FOMENTO A INCLUSAO PRODUTIVA	R\$ 22.620,49
GESTAO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE	R\$ 414.515,13
QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES	R\$ 10.538,07
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT	R\$ 2.468.200,87
GESTAO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE	R\$ 1.204.598,26
QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES	R\$ 1.263.602,61
FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	R\$ 3.455.543,37
APOIO E FOMENTO A PROJETOS DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	R\$ 3.455.543,37
FUNDO NAC.DE HABIT.DE INTERESSE SOCIAL-FNHIS	R\$ 71.691.094,47
APOIO A PRODUCAO DE INTERESSE SOCIAL	R\$ 53.896.774,50



* C D 2 5 1 9 7 1 7 4 6 1 0 0 *

Unidade Orçamentária / Ação	Soma de Movim. Líquido - R\$
APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS POR MEIO DO F	R\$ 17.794.319,97 R\$ 3.844.583,15
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	
ARTICULACAO DE POLITICA PUBLICA SOBRE DROGAS	R\$ 1.089.807,53
GESTAO DE ATIVOS E DESCAPITALIZACAO DO CRIME	R\$ 2.754.775,62 R\$ 88.585.613,50
FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
ACOES DE PROTECAO SOCIAL BASICA	R\$ 15.209.489,79
ACOES DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	R\$ 2.781.545,53
AVALIACAO E OPERACIONALIZACAO DO BENEFICIO DE PRESTACAO CONT	R\$ 629.060,00
ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DO SISTEMA UNICO DE ASSISTE	R\$ 69.965.518,18 R\$ 9.427.307,55
FUNDO NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - FNAC	
REFORMA E REAPARELHAMENTO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTE	R\$ 7.748.684,75
REFORMA E REAPARELHAMENTO DO AEROPORTO DE MARINGA/PR, DE PRO	R\$ 1.678.622,80 R\$ 3.385,18
FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENT.E TECNOLOGICO	
FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DE	R\$ 3.385,18 R\$ 1.262.756.998,98
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	
APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NAO FEDERAIS	R\$ 369.599,00
APOIO A IMPLANTACAO DE ESCOLAS PARA EDUCACAO INFANTIL	R\$ 20.019.728,33
APOIO A INFRAESTRUTURA PARA A EDUCACAO BASICA	R\$ 1.165.426.129,91
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA AQUISICAO DE VEICULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCACAO	R\$ 33.890.404,67 R\$ 43.051.137,07 R\$ 2.771.519,69
INST. DO PATRIM. HIST. E ARTISTICO NACIONAL	
PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL EM CIDADES COM BENS TOMBA	R\$ 2.771.519,69 R\$ 67.345.239,12
INST. NACIONAL DE COLONIZ. E REFORMA AGRARIA	
DESENVOLVIMENTO E GESTAO AMBIENTAL PARA O PUBLICO DA REFORMA	R\$ 67.345.239,12 R\$ 2.007.154.316,20
MIN. DA INTEGR. E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
ACOES DE PROTECAO E DEFESA CIVIL	R\$ 135.955.978,51
APOIO A EXECUCAO DE ESTUDOS, PLANOS, PROJETOS E OBRAS DE PRE	R\$ 103.002.405,93



* C D 2 5 1 9 7 1 7 4 6 1 0 0 *

Unidade Orçamentária / Ação	Soma de Movim. Líquido - R\$
APOIO A EXECUCAO DE PROJETOS E OBRAS DE CONTENCAO DE ENCOSTA	R\$ 627.032,66
APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO VOLTADO	R\$ 890.928.988,80
APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGR	R\$ 467.739.011,81
APOIO A PROJETOS E OBRAS DE REABILITACAO, DE ACESSIBILIDADE	R\$ 53.039.098,44
APOIO A REGULARIZACAO FUNDIARIA EM AREAS URBANAS	R\$ 1.699.999,00
APOIO A URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E/OU IMPLANTACAO DE OBRAS DE INFRA	R\$ 83.834.095,08
CONSERVACAO E RECUPERACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS	R\$ 105.021.388,74
CONSTRUCAO DE ADUTORAS	R\$ 4.813.347,21
CONSTRUCAO DE BARRAGENS	R\$ 19.448.652,49
CONSTRUCAO DO CANAL ADUTOR DO SERTAO ALAGOANO DESSALINIZACAO DE AGUAS CONTINENTAIS E MARINHAS - PROGRAMA A	R\$ 62.954.002,51
ESTRUTURACAO E DINAMIZACAO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS - ROTAS	R\$ 4.207.676,33
FORMULACAO E APOIO A IMPLEMENTACAO DA POLITICA NACIONAL DE R	R\$ 2.603.134,31
IMPLANTACAO DE INFRAESTRUTURAS PARA SEGURANCA HIDRICA	R\$ 500.000,00
PLANOS DE MOBILIDADE URBANA LOCAIS REABILITACAO DE BARRAGENS E DE OUTRAS INFRAESTRUTURAS HIDRIC	R\$ 624.355,00
RECUPERACAO DE RESERVATORIOS ESTRATEGICOS PARA A INTEGRACAO	R\$ 56.911.687,52
SISTEMAS DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO	R\$ 767.341,00
MIN.DESENV.E ASSIT.SOCIAL,FAM.E COMBATE FOME	8.776.198,72
	2.779.996,84
	919.925,30
	R\$
	94.117.521,46
APOIO A AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA	R\$ 108.343,76
APOIO A IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRAESTRUTURA PARA ES	R\$ 3.446.714,38
CONSOLIDACAO DA IMPLANTACAO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANCA	R\$ 627.166,04
DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROGRAMAS E PROJETOS	R\$ 2.902.928,76
FOMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDARIA, ASSOCIATIVIS	R\$ 192.900,00
FOMENTO PARA A ORGANIZACAO E O DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIM	R\$ 700.000,00
IMPLANTACAO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA DE ALTO RENDIMENTO	R\$ 4.136.704,75
IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRAESTRUTURA PARA	R\$



* C D 2 5 1 9 7 1 7 4 6 1 0 0 *

Unidade Orçamentária / Ação	Soma de Movim. Líquido - R\$
ESPORTE ED IMPLANTACAO, INSTALACAO E AMPLIACAO DE ESPACOS E EQUIPAMENTO	45.397.522,93 R\$ 1.308.812,26 R\$ 35.204.419,58 R\$ 92.009,00 R\$ 220.667,25
PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS - CRIANCA FELIZ PROMOCAO DO CONSUMO E DE ACOES DE ALIMENTACAO ADEQUADA E SAU	R\$ 220.667,25 R\$ 300.779.137,39
MINIST. DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	
FOMENTO A PESQUISA VOLTADA PARA A GERACAO DE CONHECIMENTO, N	R\$ 220.667,25 R\$ 300.779.137,39
MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA PRODUCAO AGROPECUARIA SUSTENTAVEL	R\$ 233.975,00 R\$ 549.907,65 R\$ 9.681.219,64 R\$ 100.100,00 R\$ 291.194,00 R\$ 926.255,57 R\$ 11.265.390,91 R\$ 3.399.900,00 R\$ 260.145.199,39 R\$ 7.803.793,00 R\$ 1.227.344,20 R\$ 208.123,38 R\$ 240.000,00 R\$ 4.706.734,65 R\$ 298.006.406,89
ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL PARA O PRODUTOR RURAL	
DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA BIOECONOMIA	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA PESCA ARTESANAL ESTRUTURACAO PRODUTIVA, PROMOCAO E FORTALECIMENTO DA AGRICUL	
FOMENTO AO SETOR AGROPECUARIO FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENCAO A SANIDADE AG	
GESTAO E OPERACIONALIZACAO DO TERRA BRASIL MODERNIZACAO E FORTALECIMENTO DA DEFESA AGROPECUARIA PROMOCAO E FORTALECIMENTO DA COMERCIALIZACAO, DO ABASTECIMENTO REORDENAMENTO E CONSOLIDACAO DA ESTRUTURA E GOVERNANCA FUNDI	
MINISTERIO DA DEFESA	
IMPLEMENTACAO DE INFRAESTRUTURA BASICA NOS MUNICIPIOS DA REG	R\$ 298.006.406,89 R\$ 1.927.763,50
MINISTERIO DA FAZENDA	
PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, MI	R\$ 1.927.763,50 R\$ 4.111.635,52
MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	
DESENVOLVIMENTO DE POLITICAS DE SEGURANCA PUBLICA, PREVENCAO FORTALECIMENTO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES DE SEGURANCA	R\$ 78.797,08 R\$ 4.023.820,92



* C D 2 5 1 9 7 1 7 4 6 1 0 0 *

Unidade Orçamentária / Ação	Soma de Movim. Líquido - R\$
PROMOCAO DA POLITICA NACIONAL DE JUSTICA	R\$ 9.017,52
MINISTERIO DO TURISMO	R\$ 83.789.587,82
APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURISTICA DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA	R\$ 82.539.587,82 R\$ 750.000,00 R\$ 500.000,00 R\$ 9.485.186,82
PROMOCAO E MARKETING DO TURISMO NO MERCADO NACIONAL	R\$ 2.264.480,45
MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS - MDH	R\$ 464.000,00
CONSTRUCAO, REFORMA, EQUIPAGEM E AMPLIACAO DE UNIDADES DE AT	R\$ 1.087,09 R\$ 312.261,30 R\$ 2.147.933,00 R\$ 2.762.021,62 R\$ 1.533.403,36 R\$ 2.327.663,29
FORTALECIMENTO DA FAMILIA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS ORGAOS ESTADUAIS E MUNICIPA	R\$ 505.169,00 R\$ 5.755,79 R\$ 210.827,67
GESTAO E FOMENTO DE POLITICAS PUBLICAS DE JUVENTUDE IMPLEMENTACAO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE A POLITICAS DE IGUALDADE E ENFRENTAMENTO A VIOLENCIA CONTRA AS	R\$ 111.600,00 R\$ 99.227,67 R\$ 2.871.527,15
PROMOCAO E DEFESA DE DIREITOS HUMANOS PARA TODOS	R\$ 86.519,01 R\$ 1.519.933,14 R\$ 236.075,00 R\$ 1.029.000,00 R\$ 4.360.538.143,28
SUPERINT. DE DESENV. DO CENTRO-OESTE - SUDECO	
APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGR ESTRUTURACAO E DINAMIZACAO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM GESTAO DE POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ORDENAMENTO	
SUPERINT. DO DESENVOLV. DO NORDESTE - SUDENE	
ESTRUTURACAO E DINAMIZACAO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS - ROTAS	
INOVACAO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
SUPERINTEND.DO DESENVOLV.DA AMAZONIA-SUDAM	
APOIO A IMPLANTACAO DE INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR, SOCIAL E ESTRUTURACAO E DINAMIZACAO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS - ROTAS FOMENTO A PESQUISA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA O DESENVOLVIM GESTAO DE POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ORDENAMENTO	
Total Geral	



* C D 2 5 1 9 7 1 7 4 6 1 0 0 *

Apresentação: 11/03/2025 16:17:19.590 - PLEN
PRLP 1 => PLP 22/2025

PRLP n.1



* C D 2 2 5 1 9 7 1 7 4 6 1 0 0 *



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251971746100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Danilo Forte